

Análise da construção da imagem do judiciário brasileiro na cobertura do ‘mensalão’ pelo Jornal Nacional¹

Laura Arantes Gobbi²

Mércia Alves³

Resumo: O caso do “mensalão” obteve grande destaque da mídia e se tornou agenda frequente dos principais veículos de comunicação no Brasil, principalmente na televisão. Entre eles, o Jornal Nacional, principal noticiário da Rede Globo em audiência. O JN acompanhou diretamente os trabalhos do Supremo Tribunal Federal (STF) – instituição responsável pelo julgamento dos réus – corroborando para que o processo ganhasse *status* de escândalo, e para o interesse do telespectador por essa agenda. Entretanto, por se tratar de uma instituição e de processo que envolve uma linguagem e um tipo de conhecimento muito específico, essa aproximação e interesse do público médio não seria comum. Assim, o principal objetivo desta pesquisa é analisar a construção da imagem do Judiciário Brasileiro a partir da cobertura do JN sobre o caso do “mensalão”.

139

Palavras-chave: Jornalismo Político, Jornal Nacional, Mensalão.

¹ Trabalho apresentado na mesa “Mídia e Política” do II Seminário Mídia, Política e Eleições, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP), de 27 a 28 de agosto de 2015.

² Mestranda em Ciência Política (PPGPOL/UFSCar); membro do grupo de pesquisa Comunicação Política, Partidos e Eleições da UFSCar. Bolsista CAPES. Email: lauragobbi8@gmail.com.

³ Doutoranda em Ciência Política (PPGPOL/UFSCar); membro do grupo de pesquisa Comunicação Política, Partidos e Eleições da UFSCar. Bolsista FAPESP. E-mail: mercia_f.alves@hotmail.com.

Abstract: The case of “mensalão” obtained a great prominence of the media and became frequent agenda of the main communication vehicles in Brazil, mainly in the television. Among them, Jornal Nacional, main Globo news network in audience. The JN directly followed the work of the Federal Supreme Court (STF) - the institution responsible for the trial of the defendants - corroborating the process to gain scandal status, and for the viewer’s interest in this agenda. However, because it is an institution and a process that involves a very specific language and type of knowledge, this approximation and interest of the average public would not be common. Thus, the main objective of this research is to analyze the construction of the image of the Brazilian Judiciary from the coverage of the JN on the case of “mensalão”.

140

Keywords: Political Journalism, National Journal, Monthly.

Introdução

No ano de 2005 tivemos no cenário político brasileiro o considerado até então o “maior escândalo de corrupção do Brasil”, denominado “mensalão”. Durante o início do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva pelo PT⁴, havia pouco apoio no Congresso Nacional, o que comprometeria uma agenda de votações do partido que naufragaria com pouco apoio. Apesar disso, o presidente conseguiu o apoio que possibilitou a aprovação de diversos projetos, alguns que dificilmente seriam aprovados sem ele. Em junho 2005, o então deputado federal e presidente nacional do PTB⁵, Roberto Jefferson, um dos aliados do governo, veio a público denunciar um esquema de corrupção envolvendo compra de votos de congressistas no Planalto. O nome “mensalão” foi dado pelo próprio Jefferson em sua primeira entrevista relacionada ao tema no jornal *Folha de S. Paulo*.

O STF⁶ foi o órgão responsável pelo julgamento do “mensalão”. Ele é pertencente ao Poder Judiciário, cuja função é proteger os direitos da Constituição. É composto por onze ministros escolhidos pelo Presidente da República após a aprovação absoluta no Senado Federal. Entre suas funções, na área penal, deve julgar as infrações penais comuns do Presidente da República, do Vice-Presidente, dos membros do Congresso Nacional, do Procurador-Geral da República e entre seus próprios ministros. A ação Penal 470 ou “mensalão” foi o julgamento mais duradouro da história do Supremo Tribunal Federal, com 53 sessões ao todo contra 38 réus dos quais 25 foram condenados e 12 absolvidos.

De acordo com Oliveira (2011), o modelo de Judiciário Brasileiro se baseia nas características da democracia presidencialista norte americana. Na Constituição de 1988, foi garantida a possibilidade de magistrados avaliarem a constitucionalidade de leis. Tal instituição, formada apenas por magistrados, não teria tanta identificação do público, principalmente devido à linguagem utilizada ser mais específica e que afastaria o público médio (FERNANDES, 2013)⁷.

⁴ Partido dos Trabalhadores.

⁵ Partido Trabalhista Brasileiro.

⁶ Supremo Tribunal Federal.

⁷ Durante o julgamento, o STF era composto por: Ayres Britto (presidente); Ricardo Lewandowski (vice-presidente); Celso de Mello; Marco Aurélio; Gilmar Mendes; César Peluso; Cármen Lúcia; Joaquim Barbosa; Dias Toffoli; Luiz Fux e Rosa Weber. Para mais informações, ver: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfComposicaoComposicaoPlenariaApresentacao>.

Entretanto, o caso do “mensalão” obteve grande destaque da mídia e se tornou agenda principal dos principais telejornais, entre eles o Jornal Nacional, principal jornal televisivo da Rede Globo e do Brasil em audiência.

Dessa forma, o principal objetivo dessa pesquisa, é analisar a construção da imagem do Judiciário Brasileiro pelo Jornal Nacional da Rede Globo. Para tanto, o material empírico é composto pelas transcrições dos programas do JN exibidos no período do julgamento: de 2 de agosto de 2012 a 23 de outubro de 2012. A escolha do Judiciário brasileiro se torna pertinente num momento em que o destaque dado aos seus componentes é grande, chegando a ocupar um lugar na mídia que frequentemente não ocupavam. Os estudos a respeito da cobertura do “mensalão” trazem à tona outro fato interessante que caracterizou a cobertura: o interesse do público. Assim, o “mensalão” representou um desvio das teorias e entendimentos mais clássicos.

A televisão no Brasil: a importância do JN

A televisão é o principal meio de comunicação de massa no Brasil e também o principal meio de informação do brasileiro (AZEVEDO, 2006). Além disso, a TV é um importante veículo de formação da opinião pública, firmando uma agenda com base nos tópicos de maior interesse dos telespectadores. Segundo Ortiz (1988), a consolidação da TV na indústria cultural se dá a partir dos anos 60 e se beneficiou dos anos de Regime Militar para isso. Isso, dada à reorientação econômica do período, que levou ao aumento da indústria e do mercado, e ao fortalecimento da produção de bens culturais. Foi neste período em que também se fortaleceu o hábito de assistir televisão, pois houve grande investimento do Estado nesse setor específico, que resultou em melhorias e popularização dos aparelhos.

Nesse contexto, beneficiado pelo empenho do Regime Militar em criar uma eficiente infraestrutura de telecomunicações, e pelo interesse do setor empresarial no desenvolvimento desse mercado, que proporcionou solidificação dos investimentos em publicidade (ORTIZ, 1988), que a Rede Globo de Televisão começou a ganhar espaço e a se consolidar na liderança da audiência entre as emissoras de televisão brasileiras. A TV Globo fazia parte do conglomerado formado por Roberto Marinho, o qual possuía, além da emissora, o Sistema Globo de Rádio, a Rio Gráfica, VASGLO (promoção de espetáculos), Telecom, Galeria Arte Global e a Fundação Roberto Marinho.

O Jornal Nacional, exibido ininterruptamente desde o final da década de 60, é o principal noticiário da Rede Globo, está entre os programas mais assistidos do canal e, além disso, o telejornal é o quarto⁸ em audiência do “horário nobre”⁹ da TV brasileira. Contemporaneamente, o JN vem sofrendo com quedas de audiência, mas ainda assim vem alcançando índices consideravelmente superiores se comparados aos atingidos pelos principais telejornais das demais emissoras de TV aberta no Brasil. Em Abril de 2017¹⁰, O JN alcançou média de 28,1 pontos, enquanto o Brasil Urgente, da Band, marcou 3,0 e o Jornal da Record, 8,0.

O escândalo e a agenda da mídia

Em acontecimentos como o “mensalão”, a imprensa brasileira é vista como a geradora das crises políticas na busca em conseguir as melhores notícias. A corrida por notícias em primeira mão, leva a produção de denúncias sem a devida averiguação tornando a mídia um espaço de linchamentos (MIGUEL e COUTINHO, 2007). Os espectadores também atuam nesse processo de publicização do escândalo ao acompanhar assiduamente cada detalhe da cobertura. Pode acontecer de se acabar com o nível de confiança em determinadas instituições ou a mídia pode colocar em descrédito a classe total dos políticos ao generalizar determinados comportamentos transgressores (CHAIA, 2001).

Nos casos envolvendo corrupção, é importante ressaltar que nem todos se transformam em escândalos. Segundo Chaia (2001), o tema “corrupção” entra na agenda política apenas nos anos 90 associado a pressões do Banco Mundial para que sejam feitas pesquisas na área e encontradas as instituições em que é mais frequente. Assim, para que um caso de corrupção se torne um escândalo é necessário um certo grau de conhecimento da população sobre o acontecido, o que torna fundamental o papel da mídia na sua divulgação.

Os escândalos agora podem atingir grande abrangência, o que pode estar vinculado também ao surgimento do jornalismo investigativo em que alguns jornalistas se enxergam como protetores de determinado interesse público. Ainda segundo Chaia (2001), os escândalos ocorrem com maior frequência nas democracias liberais, devido à política ser um campo de disputa de forças ao redor

⁸ 10 de Abril de 2017 a 16 de Abril de 2017.

⁹ Faixa de horário que vai aproximadamente das 20h30 às 22h30 e corresponde à maior audiência da televisão nacional (IBOPE, 2017).

¹⁰ 17 de Abril de 2017 a 23 de Abril de 2017 (IBOPE, 2017).

de interesses específicos e partidos; a reputação dos políticos é importante, pois só assim é possível subir ao poder; a imprensa possui uma relativa autonomia; as próprias condições ligadas ao poder político que facilitam a descoberta de escândalos.

Thompson (2002) define escândalo como o acontecimento que é revelado pela mídia e pressupõe algum tipo de transgressão, ou seja, ele se configura como a revelação de algo secreto juntamente do evento feito pela mídia por meio de comentários e imagens que reprimem o determinado ato. Escândalo é então um conjunto de lutas pelo poder simbólico que definem a reputação dos envolvidos (SILVA, 2008). Segundo Vera Chaia (2001), os escândalos podem ser classificados em: sexo e comportamento, financeiro e corrupção e o exercício do poder político ou a falta de decoro parlamentar.

Uma vez que a televisão se situa como dispositivo de mediação e a agenda da mídia é determinada pela saliência e frequência de temas específicos em detrimento de outros, e que esses temas disputam a atenção dos espectadores, formando a agenda do público (MCCOMBS e SHAW, 2004), o “mensalão” pode ser enquadrado como um grande exemplo de escândalo de corrupção no poder político que alcançou lugar privilegiado na agenda da mídia e por consequência, despertou a atenção, o interesse, e entrou na agenda do público.

Metodologia e classificação das categorias por grupos de análise

Para realização deste trabalho, conforme objetivos apresentados foram selecionados os 57 dias de programa do Jornal Nacional exibidos de segunda-feira a sábado do dia 2 de agosto de 2012¹¹ ao dia 23 de outubro de 2012¹². Os vídeos foram obtidos do site do próprio Jornal Nacional¹³ e ao todo somam 258 minutos e 864 mensagens e foram transcritos e sistematizados em grupos de análise: fala dos âncoras; externas em Brasília; personagens políticos; mensagens em *off*; fala de ministros e fala dos advogados. A partir disso, foram estabelecidas cinco categorias de análise: elementos do julgamento; aposentadoria¹⁴; discussão; mensalão; outros.

¹¹ Início do julgamento do “mensalão”.

¹² Início do debate sobre a dosimetria das penas.

¹³ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/>.

¹⁴ Quanto à aposentadoria, que diz respeito ao ministro César Peluso, recebeu lugar central devido a ocorrer quando ainda acontecia a votação sobre o caso.

Para finalidade específica de análise, primeiro são dispostas as porcentagens das categorias de análise por grupo. Onde propõe uma apreciação quantitativa do conteúdo da cobertura do JN durante o julgamento do “mensalão”. Na seção posterior, são averiguados os principais enquadramentos dessa cobertura, segundo a categorização metodológica proposta por Rotemberg (2007), que identifica cinco níveis de análise do conceito, a saber: o enquadramento de jogo, estratégico, episódico, de conflito e temático.

O enquadramento de jogo é aquele que irá apresentar as chances de se ter uma derrota ou uma vitória. Não haverá um posicionamento a respeito das perspectivas dos atores que são apresentados na notícia, o enfoque fica apenas na questão da competição. Por exemplo, no caso da análise de campanhas, a pergunta a ser feita é: essa campanha irá atrapalhar ou prejudicar determinado candidato? Da mesma forma deve se pensar nas notícias. Aquela informação poderá ou não prejudicar alguém. No estratégico, as ações são totalmente planejadas para um fim bem específico. Já o episódico se relaciona aos comentários feitos sobre os fatos e determinadas ações, não havendo um aprofundamento na complexidade dessas questões e destacando apenas as circunstâncias dos fatos. Ele se foca apenas no caráter descritivo e são notícias em que o jornal pretende apenas produzi-las sem relacioná-las a um contexto. O de conflito mostra o embate em torno de determinado tema. E por fim, o temático busca apresentar um contexto mais aprofundado que não fica apenas na mera apresentação dos fatos. Ele busca um contexto e mostra os pontos interpretativos do acontecimento ou ação.

145

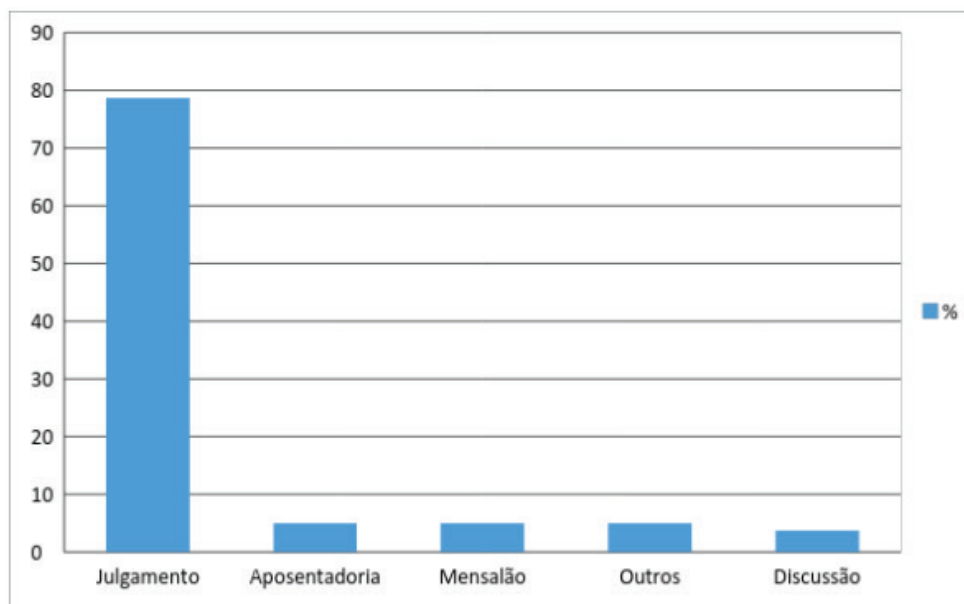
Finalmente, são observadas as frequências que os personagens do STF aparecem durante o período do julgamento dentro do JN¹⁵.

Fala dos âncoras

Neste grupo de análise, encontram-se as falas dos apresentadores do Jornal Nacional. São eles os que introduzem a notícia ao telespectador e estabelecem o primeiro contato de quem está de fora da televisão com a informação. As mensagens foram categorizadas em: aposentadoria; discussão; elementos do julgamento e mensalão. O Gráfico 1 mostra a porcentagem das categorias acima expostas no JN.

¹⁵ Os dados são apresentados a partir de tabelas e gráficos de elaboração própria.

Gráfico 1: Grupo – Falas dos Âncoras



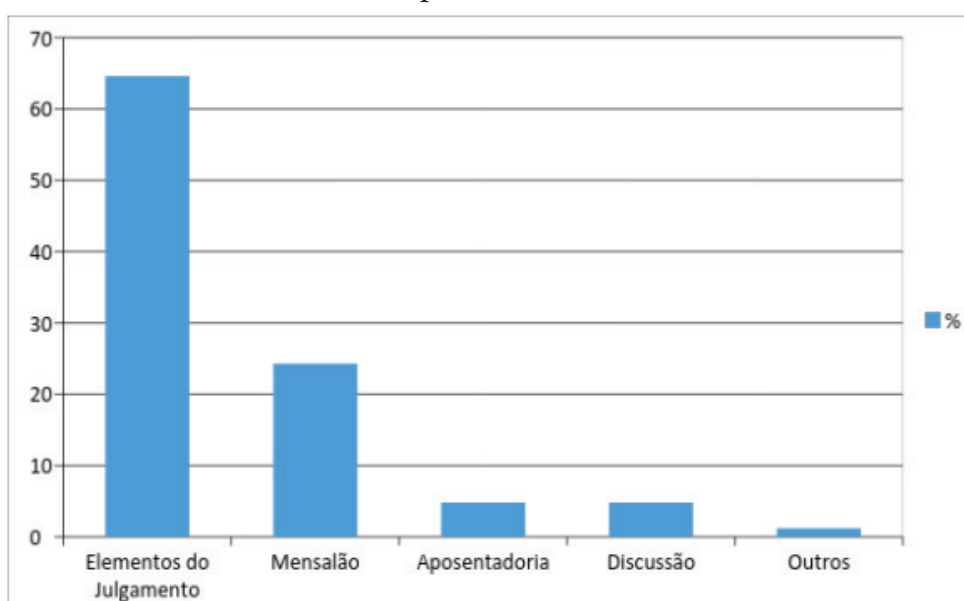
Fonte: Autoras

Externas em Brasília

São as mensagens passadas por repórteres em Brasília cobrindo o julgamento. Elas se dividem em falas de repórteres na parte interna do STF e entrevistas na parte externa do Supremo ou do Planalto, consistindo algumas em entrevistas com ministros do STF e advogados da defesa. Geralmente elas visam complementar a fala dos âncoras e acrescentar informações recentes e mais específicas do julgamento.

146

Gráfico 2: Grupo - Externas em Brasília

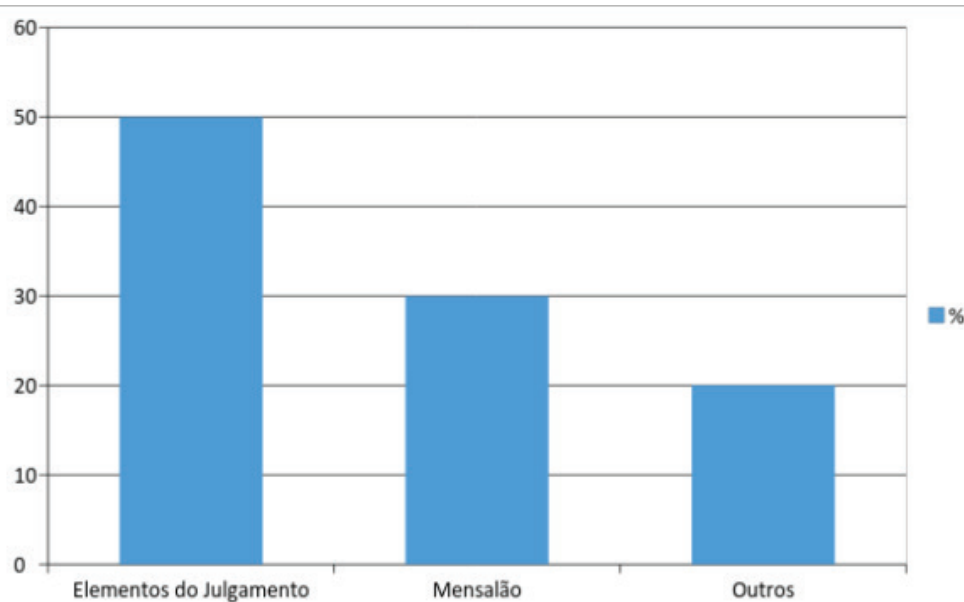


Fonte: Autoras

Personagens políticos

Os personagens políticos constituem o menor grupo analisado. É constituído pelo Procurador Geral da República, Roberto Gurgel, o ex-ministro do STF, Carlos Velloso, o senador Aloysio Nunes e o ex-deputado e réu do “mensalão”, Valdemar Costa Neto. Outros personagens políticos citados, como José Dirceu, não tiveram voz, diferente de Valdemar Costa Neto que foi o único réu a dar uma declaração diretamente ao JN.

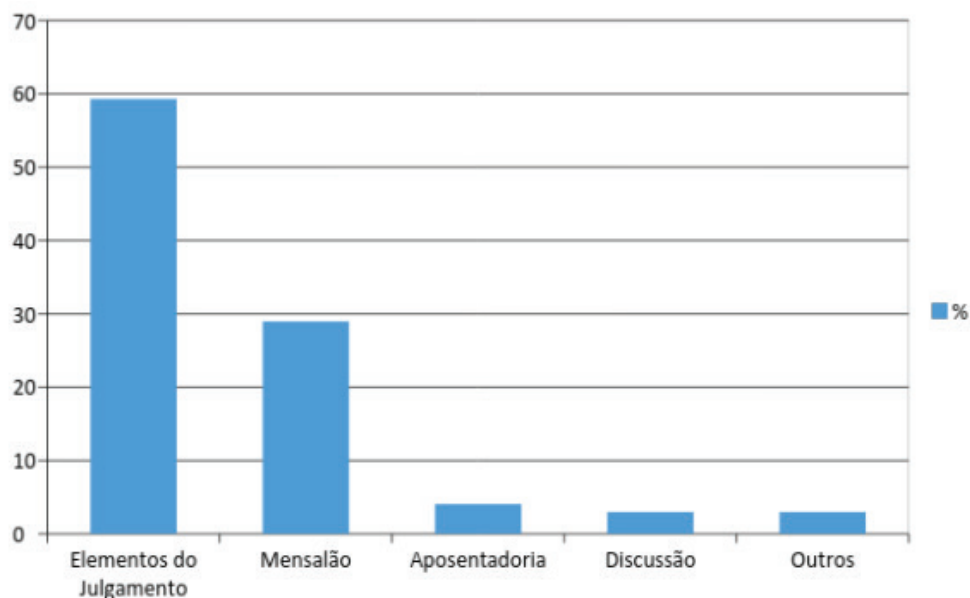
Gráfico 3: Grupo - Personagens políticos



Fonte: Autoras

Mensagens em *off*

Tais mensagens ocorrem geralmente para dar maiores explicações a respeito de algo relacionada à notícia transmitida e aprofundar as explicações de como o esquema de desenrolou e como está o andamento do julgamento.

Gráfico 4: Grupo - Mensagens em *off*

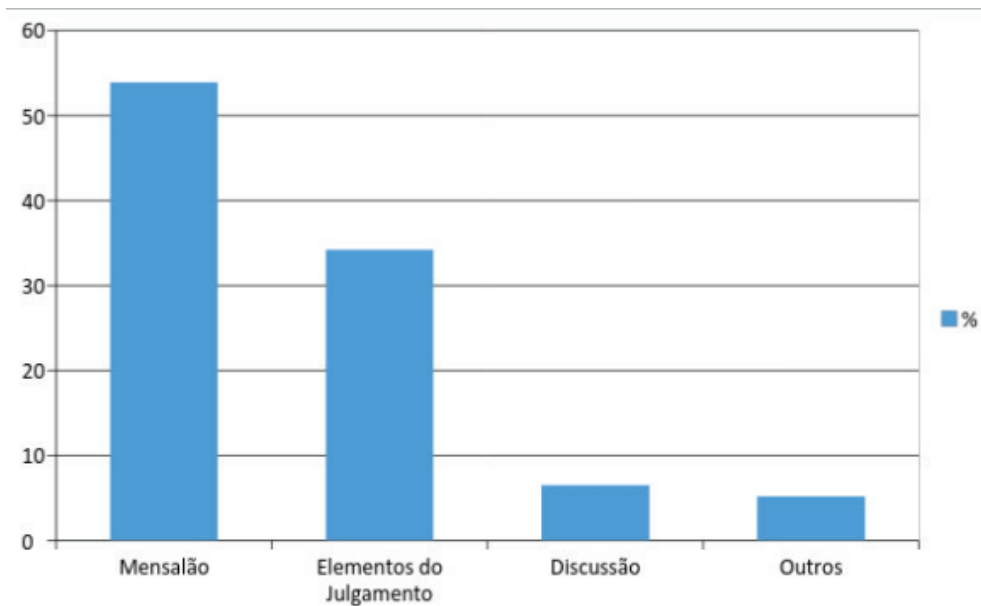
Fonte: Autoras

Fala dos ministros

A seleção das falas escolhidas dos ministros do Supremo é fundamental para a construção da imagem. Ao se escolher determinados temas por eles abordados, palavras e opiniões, além do tempo dado em tela a cada um, determina-se a saliência de temas que constituem a agenda do Jornal Nacional.

148

Gráfico 5: Grupo - Fala dos Ministros

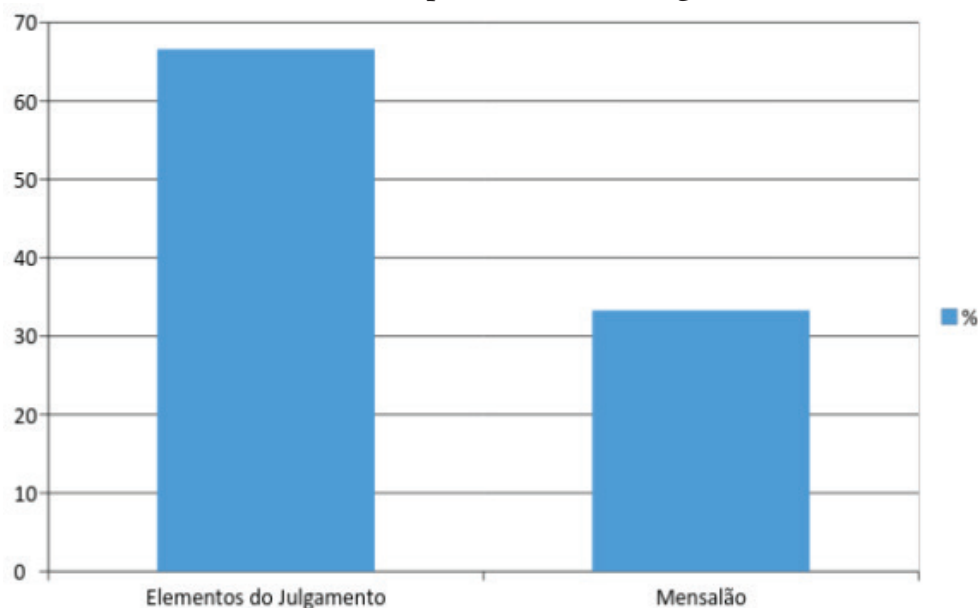


Fonte: Autoras

Fala dos advogados

A fala dos advogados selecionados na maior parte do tempo dedicava-se principalmente a defesa de seus candidatos, falta de provas, acusação, absolvição, todos os elementos fundamentais no julgamento. Além das explicações sobre o esquema do “mensalão” como forma de sustentarem suas defesas.

Gráfico 6: Grupo - Fala dos Advogados



Fonte: Autoras

Identificando enquadramentos

A predominância foi de enquadramentos temáticos, utilizados para garantir maior equilíbrio na transmissão ao apresentar ao telespectador algumas das contradições dentro do julgamento, levando a uma cobertura com menos fragmentação quando comparadas aos outros tipos de enquadramentos. Daí a predominância da categoria “elementos do julgamento” e “mensalão”.

O enquadramento de conflito surgiu também, mas em frequência bem menor, nos momentos de discussão entre Barbosa e Lewandowski. Em alguns momentos, a cobertura se importou em mostrar ao telespectador apenas a discussão e suas consequências diretas, sem se aprofundar totalmente no que cobriu.

As saliências de todas as categorias podem ser divididas entre as positivas e as negativas. Determinou-se como “positivo”, o enquadramento que não apresenta riscos de abalar a imagem dos atores. Como “negativo”, ficou determinado que

seriam enquadramentos que de alguma forma, representam uma quebra na imagem. Entre as palavras que despertam o sentido positivo mais frequentes está “condenação”. Ao se usar tal palavra, o enquadramento se torna positivo ao trazer ao telespectador a sensação de punição e justiça, luta contra a corrupção. O ministro que condena está cumprindo seu papel positivamente dentro da sociedade, independente se o réu é culpado ou não, ou se existem acusações de falta de provas.

Vídeo: Patrícia Poeta e Haroldo Pereira apresentando ao Jornal Nacional sentados na bancada com o cenário azul de fundo.

Haroldo Pereira: A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal condenou dois réus ligados ao Banco Rural por gestão fraudulenta.

A partir do momento em que algum ministro vai contra a ideia de que todos os envolvidos com corrupção devem ser condenados, a absolvição se torna uma atribuição negativa ao ministro. Muitas vezes sendo contrastada a ministros que condenaram réus ou questionaram a absolvição, como forma de se opor a condenação como um atributo positivo e a absolvição como negativo em relação aos ministros.

Vídeo: William Bonner apresenta ao Jornal Nacional.

William Bonner: O revisor do processo do mensalão, Ricardo Lewandowski, absolveu hoje o ex-ministro José Dirceu da acusação de corrupção ativa. Os argumentos do revisor foram questionados por outros ministros.

Já a cobertura a respeito dos atritos entre Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski procurou mostrar como tais discussões sempre surgiam quando o primeiro condenava, enquanto o segundo discordava e absolvía os réus. Ou passando a ideia de que Lewandowski procurava contrariar em alguns momentos o ministro relator. Na notícia abaixo, é mostrado que Barbosa condenou os réus e ainda evocou a presidente Dilma Rousseff para justificar seu voto. Logo em seguida é noticiado sobre a discordância de Lewandowski. Assim, o ministro revisor, ao se colocar como o que discorda do que Barbosa diz, tem a atribuição de um enquadramento negativo a sua imagem. Ele é o que atrapalha o andar do julgamento, absolve os réus e está sempre indo contra Barbosa sem motivos legítimos.

Vídeo: William Bonner e Patrícia Poeta apresentam ao Jornal Nacional.

William Bonner: Em seu voto, o Joaquim Barbosa disse que ao ser ouvida como testemunha do processo, a presidente Dilma Rousseff, afirmou

ter ficado surpresa com a rapidez com que foi aprovado no Congresso o Marco Regulatório do Setor Energético, em 2004. Segundo Barbosa, o depoimento de Dilma trouxe um exemplo da dimensão do esquema de compra de apoio do governo Lula.

Patrícia Poeta: *O revisor do processo, Ricardo Lewandowski, foi o segundo a votar e analisou as acusações contra políticos do Partido Progressista. Ele discordou de Joaquim Barbosa em vários pontos.*

As externas em Brasília também fazem uso da “acusação” como atributo positivo. Mais uma vez, a defesa fica com sentido negativo para se realizar o mesmo processo feito pela fala dos âncoras de ao dar sentido negativo a determinada palavra, passar o teor positivo a outra levando a imagem positiva de determinado ator.

No caso abaixo, é explicado os mecanismos usados pela defesa: defender a não existência do “mensalão”. Devido a toda a carga negativa dado ao esquema e aos réus do julgamento, a negação de que o “mensalão” não aconteceu, cria um peso negativo tão forte que é extremamente determinante na atribuição negativa que será dada aos ministros que absolvem os réus. Assim, os ministros que condenam os réus, continuam recebendo atributos positivos.

Vídeo: *Poliana Abritta apresenta a matéria do lado externo do Supremo durante a noite.*

Poliana Abritta: *Assim como a defesa de Genoíno tentou convencer os ministros de que seu cliente só atuava nas questões políticas do PT, o advogado de Delúbio Soares tentou provar que o ex-tesoureiro, só cuidava das finanças e nada sabia das questões políticas do partido. Os dois advogados seguiram a mesma linha de defesa: tentar desmontar a existência do mensalão.*

Em um outro momento desta mesma notícia, é citado um problema de saúde de Joaquim Barbosa como forma de dar uma atribuição ainda mais positiva a sua imagem: o ministro além de estar do lado da justiça, tem problemas de saúde, porém o revisor não se importa com isso.

Vídeo: *Camila Bomfim fala da parte externa do Supremo.*

Camila Bomfim: *O ministro relator, Joaquim Barbosa, chegou a dizer no Plenário que nessa forma mais demorada poderia não haver relator no fim do julgamento, se referindo ao problema que ele tem no quadril. E o ministro Ayres Britto, presidente da sessão, encerrou a sessão, mas na saída disse que esse assunto volta a ser discutido na próxima segunda-feira pra que haja de fato uma decisão sobre esse sistema de votação. E agora pouco, em entrevista ao repórter Heraldo Ribeiro, o ministro revisor, Ricardo Lewandowski, disse*

que o certo seria cada ministro votar tudo. Mas ele disse também e anunciou que seguirá a decisão do Plenário pelo fatiamento.

A aposentadoria de Peluso é vista como algo que não trará conclusão ao julgamento. Ele não poderá terminar de dar seus votos a tempo e por isso o andamento do julgamento terá de ser adaptado a ele. Assim sua atribuição acaba por ser negativa por trazer incertezas a um julgamento, atrapalhando que a justiça seja feita.

Vídeo: *Cristina Serra está em Brasília, na parte externa do Supremo falando com o microfone da Globo.*

Cristina Serra: *Amanhã a sessão começa com o voto do ministro Cezar Peluso. Ele deve votar apenas sobre os casos já analisados pelo relator. Se votar pela condenação, Peluso poderá indicar o tamanho da pena, para que seja incluída na chamada dosimetria, o cálculo da pena que será feito no final. Não haverá tempo para que Peluso participe de todo o julgamento. Ele terá de se aposentar até o dia 3 de setembro, quando completa 70 anos.*

O destaque dado a determinados personagens políticos serviu de apoio para o reforço das atribuições. O Procurador-Geral da República no momento analisado, Roberto Gurgel, foi o representante principal deste grupo na defesa da condenação dos réus e em suas acusações. Um personagem político interessante é Valdemar Costa Neto, um dos réus do julgamento. As falas de Gurgel se concentram principalmente em dar ao “mensalão” e seus réus sentido negativo, ao dar voz a apenas um réu do processo, mostram-se determinadas contradições. Ao mesmo tempo em que ele cometeu um crime, ele alega seu direito à defesa, o que contraria a ideia de justiça plena criada pelo JN.

Logo no início do período analisado, já houve uma mensagem em *off* expondo o confronto entre os advogados da defesa com os ministros do STF. Tal sobreposição foi importante, para já no começo separar os ministros, os representantes da justiça, dos advogados de defesa, os que iam contra a justiça. É por meio das mensagens em *off* principalmente que acontece a atribuição negativa do “mensalão” e dos réus. Ao mencionar algumas vezes os crimes pelos quais são julgados, há a ideia de que houve um esquema criminoso e que os envolvidos devem ser punidos, independente do que os advogados e alguns ministros alegam.

Vídeo: *Foto de Pizzolato com seu nome ao lado e suas acusações embaixo; as fotos de Pedro Corrêa, Pedro Henry e João Cláudio Genu, seus nomes embaixo, assim como as acusações deles; foto de Enivaldo Quadrado, seu nome ao lado e sua acusação logo abaixo.*

Narração em off: *O ex-diretor de marketing do Banco do Brasil,*

Henrique Pizzolato, responde por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e peculato. O ex-presidente do PP, Pedro Corrêa, o deputado, Pedro Henry, então líder do partido, e o ex-assessor parlamentar, João Cláudio Genu, são acusados de formação de quadrilha, corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Enivaldo Quadrado, na época sócio da corretora Bônus Banval, responde por formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. Segundo o procurador, ele usava a corretora pra repassar dinheiro ao PP.

A oposição entre os ministros que votam como o revisor e não como o relator foi exposta algumas vezes. Neste momento, devido aos outros ministros não terem posições claras dentro da transmissão da cobertura do julgamento, ao absolver um réu, é dada atribuição negativa ao ministro e seu voto é comparado ao de Barbosa.

Vídeo: *Rosa Weber fala no STF.*

Narração em off: *O relator Joaquim Barbosa, interveio e disse que para ele estava claro que os dirigentes do Rural, praticaram o crime de evasão. Mas a ministra Rosa Weber manteve o voto.*

A seleção das falas dos ministros também é um dos elementos mais importantes dentro da construção da imagem. A escolha de determinadas palavras e ações, juntos do modo em como são distribuídos durante a programação do dia do JN, fincam os tributos negativos e positivos.

As falas em sua maioria envolvem os elementos básicos do julgamento, o diferencial está na posição em que essas falas aparecem e na comparação de determinadas ações dos ministros com as ações do relator e do revisor do processo. Os ministros entraram em acordo de que o “mensalão” realmente aconteceu, assim as falas em que os membros do STF explicam como o esquema ocorreu foram frequentes e ajudam nos tributos negativos relacionados ao “mensalão”. Quando os ministros condenavam algum réu, não era, em momento algum, contestada a decisão.

Vídeo: *Celso de Mello fala no STF.*

Celso de Mello: *O comportamento dos então dirigentes do Banco Rural, Kátia Rabello e José Roberto Salgado, constitui notável exemplo... A ser evitado! A todo custo, de desrespeito patente!*

A falta de provas foi algo presente na fala dos ministros. Na transcrição abaixo, Lewandowski acusou falta de provas e na fala seguinte, de Gilmar Mendes, houve a contestação do que ele disse.

Vídeo: *Gilmar Mendes fala no STF; Ricardo Lewandowski fala no STF.*

Gilmar Mendes: *Vossa Excelência condena alguns deputados por corrupção passiva, não é? Entendendo que houve repasse de recursos para a prática de algum ato, aparentemente o ato de apoio ou de participação. Também Vossa Excelência em seu voto, condena Delúbio Soares como corruptor ativo. Não parece que está havendo uma contradição nessa manifestação de Vossa Excelência?*

Ricardo Lewandowski: *Eu disse que estava seguindo orientação deste egrégio Plenário no sentido de dizer que basta a oferta ou a recepção da vantagem indevida por alguém que ocupa um cargo público para que fique configurada o crime de corrupção passiva. Não é necessário identificar o ato de ofício.*

O conflito entre Barbosa e Lewandowski foi exposto algumas vezes. Como já dito anteriormente, Barbosa deve ser o defensor da lei e da justiça, e Lewandowski é o que gosta de contrariar o outro ministro e não apoia a justiça. Ao introduzir outros ministros na briga, a imagem deles, antes indefinida, ganha atributos negativos se estiverem ao lado de Lewandowski, ou positivos, se estiverem ao lado de Barbosa.

Vídeo: *Lewandowski fala no STF; Emerson Palmieri; Lewandowski fala no STF; Joaquim Barbosa fala no STF; ministros Barbosa e Lewandowski discutem no STF; Marco Aurélio Mello discute com Barbosa.*

Joaquim Barbosa: *Isso é fato!*

Ricardo Lewandowski: *Então se Vossa Excelência admite a controvérsia, então vossa excelência deveria propor...*

Joaquim Barbosa: *Não, não é controvérsia!*

Ricardo Lewandowski: *.... À Comissão de Redação do Supremo Tribunal Federal, que abolisse a figura do revisor.*

Joaquim Barbosa: *Nós, como ministros do Supremo, não podemos fazer vistas grossas a respeito do que consta nos autos.*

Marco Aurélio Mello: *Ministro, ninguém faz vista grossa! Ministro! Ministro!*

Joaquim Barbosa: *É o que parece!*

Marco Aurélio Mello: *Ministro somos 11 juízes!*

Ayres Britto: *Nós somos os analistas de fato...*

Marco Aurélio Mello: *Ninguém faz vista grossa!*

Ayres Britto: *E também...*

Porém, em seu último julgamento, ao exhibir seu voto e depois uma declaração a respeito das dificuldades da carreira jurídica, o ministro foi humanizado e sua imagem se tornou positiva.

Vídeo: César Peluso fala no STF sentado em seu lugar.

César Peluso: Nenhum juiz verdadeiramente digno de sua vocação condena ninguém por ódio. Nada mais constrange o magistrado de ter que infelizmente condenar o réu em matéria penal.

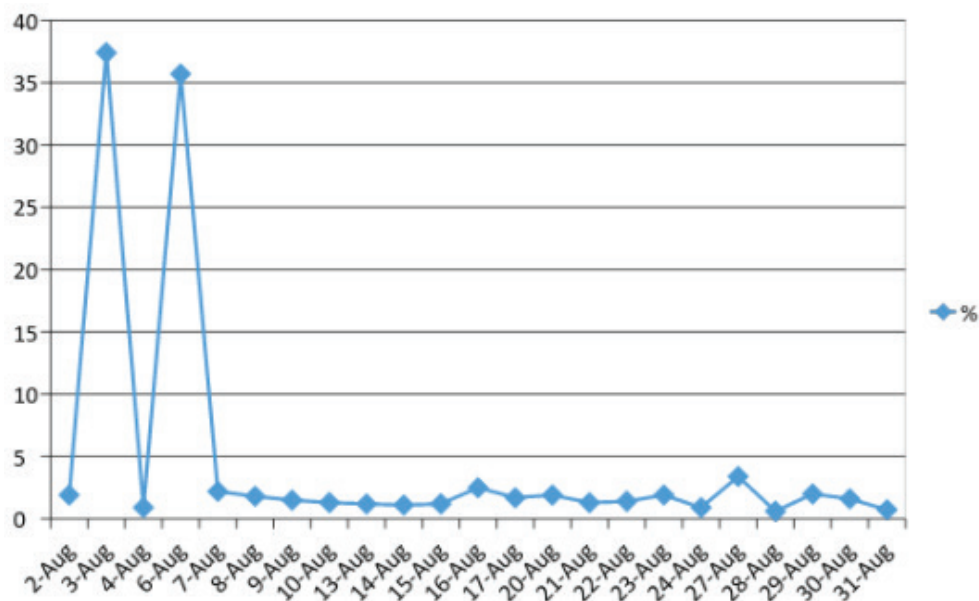
Os advogados já iniciaram a cobertura do julgamento com uma imagem negativa por defenderem os envolvidos com o “mensalão”. As falas envolvendo a defesa de seus clientes ativaram algumas palavras-chave com peso negativo, como PT, Genoíno e Delúbio. Além das falas envolvendo a defesa de seus clientes, houve alguns embates com os ministros do STF que reforçaram a divisão entre os advogados, aqueles que impedem a justiça de funcionar, com os membros do STF, que defendem a justiça.

Personagens do judiciário brasileiro no JN

Dentre as matérias analisadas no período, foram dedicados aproximadamente 11,5% do tempo do Jornal Nacional, considerando que o programa tem a duração de aproximadamente 40 minutos contando os comerciais. As reportagens que passam dos 4 minutos foram frequentes, estando presente em 24 dos 57 dias analisados. Os dias que em foi dado maior destaque ao julgamento foram os dias 3 de agosto de 2012, em que foram dedicadas 5 matérias, uma de sete minutos e quatro segundos, somando ao todo 898 segundos e 37,4% do programa daquele dia; 6 de agosto de 2012, veiculou apenas três matérias, mas uma com quatro minutos e quarenta segundos e outra com cinco minutos e quarenta e cinco segundos, somando 859 segundos e 35,7% da programação e por último, o dia em que o “mensalão” ocupou maior espaço foi no último dia analisado pela pesquisa: 23 de outubro de 2012, o fim do julgamento das penas e início da dosimetria. Foram ao todo quatro reportagens, incluindo uma de onze minutos e treze segundos, 1081 segundos e 45% de toda a programação do JN naquele dia.

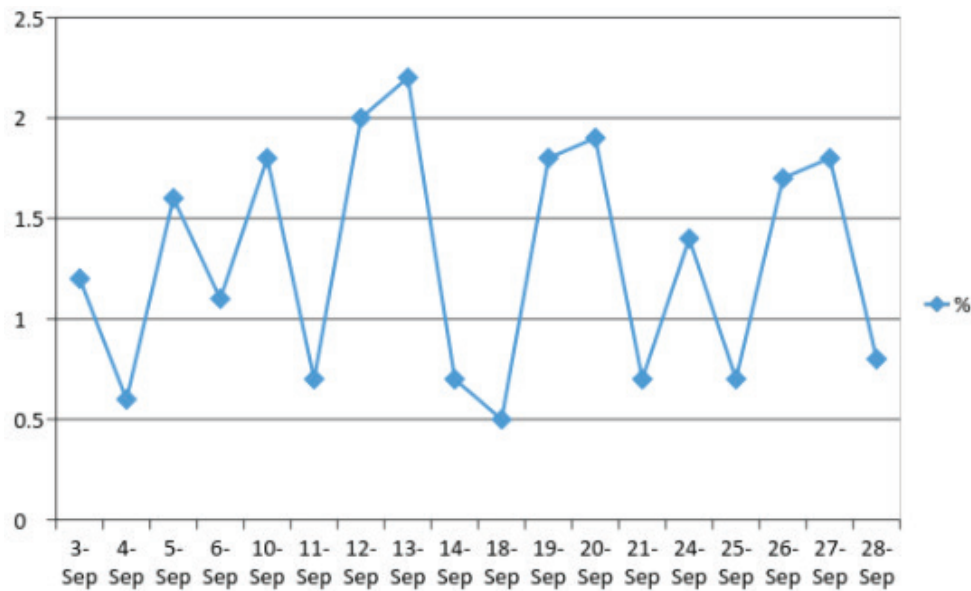
Os gráficos abaixo mostram a variação por mês no período determinado:

Gráfico 7 – Cobertura do “Mensalão” no JN no mês de Agosto



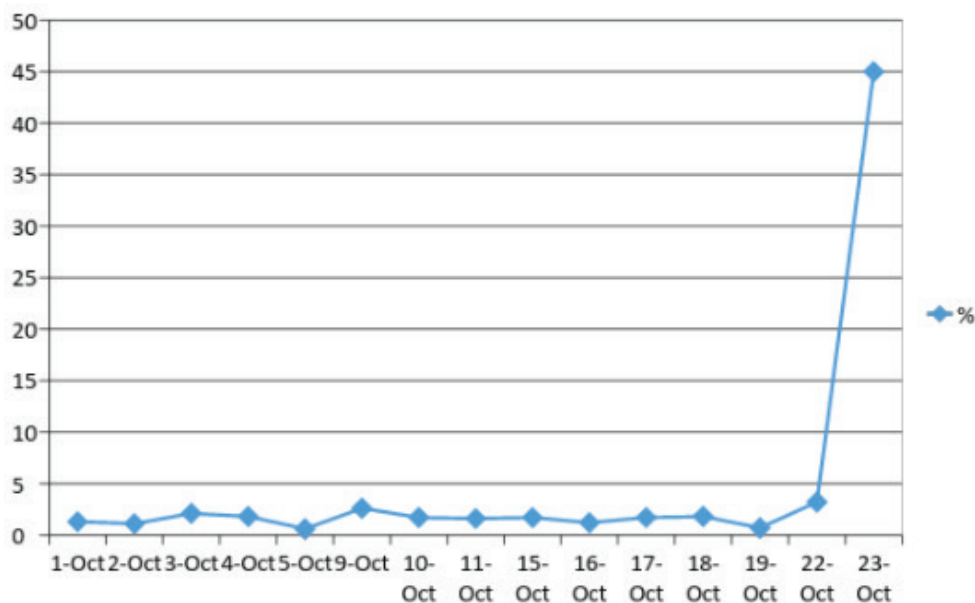
Fonte: Autoras

Gráfico 8 – Cobertura do “Mensalão” no JN no mês de Setembro



Fonte: Autoras

Gráfico 9 - Cobertura do “Mensalão” no JN no mês de Outubro

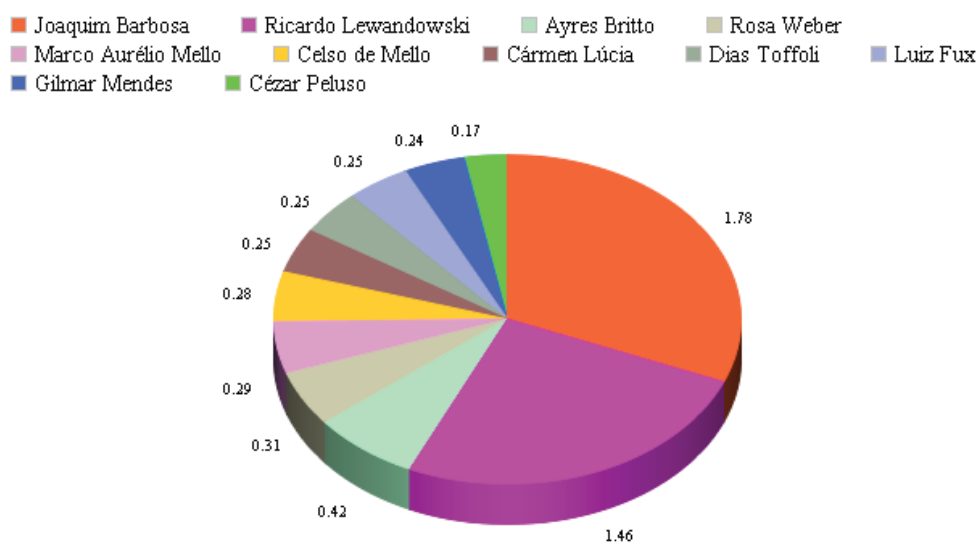


Fonte: Autoras

Os personagens do STF no JN

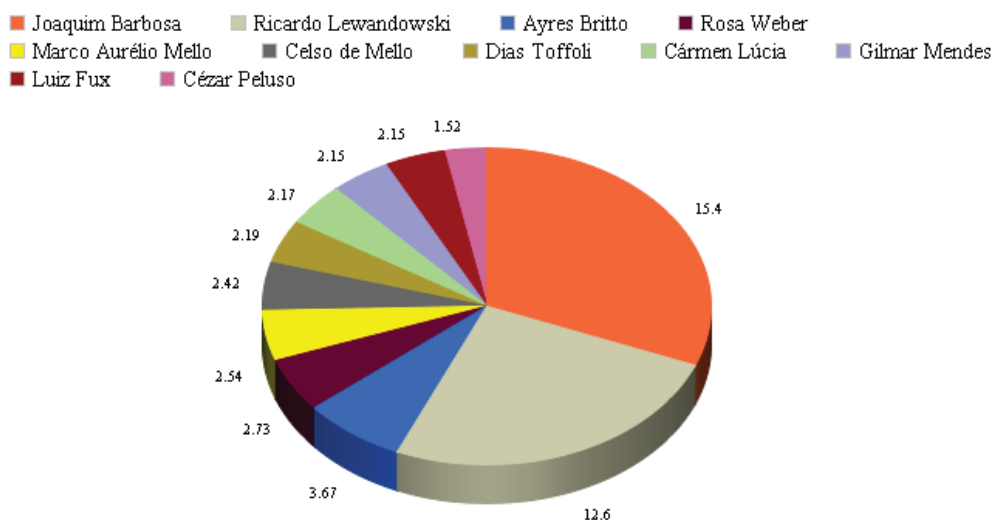
Os 11 ministros do STF que participaram do julgamento do “mensalão” tiveram destaques diferentes na cobertura do JN durante o período analisado. O gráfico abaixo demonstra isso:

Gráfico 10 – Destaque aos ministros do STF dentro de toda a programação do JN



Fonte: Autoras

Gráfico 11 – Destaque aos ministros do STF dentro da cobertura do julgamento do “mensalão” pelo JN



Fonte: Autoras

A cobertura é visivelmente desigual aos membros do STF. O ministro que recebeu a maior cobertura dentro do julgamento do “mensalão” foi Joaquim Barbosa (15,4%), que também era o relator do processo, o que conseqüentemente o levaria a ter uma maior cobertura. Seguido, vem o ministro revisor, Ricardo Lewandowski (12,6%). Ambos divergiram em opiniões e votos, o que levou a uma cobertura extensa sobre ambos e a utilização de seus votos na comparação dos votos dos outros ministros. Eles também receberam espaço maior nas explicações a respeito de seus votos. Deve ser reforçado, porém, que Barbosa ainda teve destaque maior na cobertura sobre o “mensalão”, o que garante que tais elementos tenham se repetido com frequência maior a respeito dele.

O presidente do Supremo, ministro Ayres Britto, vem em terceiro lugar (3,67%). Sua importância se dá ao seu cargo central dentro do STF, o que o impulsiona a ficar à frente dos outros ministros que ficaram em torno dos 2%. Cezár Peluso foi o que menos apareceu (1,52%), por ter se aposentado no início do julgamento e não chegando nem a concluir seus votos. Apesar disso, o período antes de sua aposentadoria foi coberto pelo JN. O ministro Dias Toffoli, foi tema central dentro da primeira notícia analisada, apesar de não apresentar nenhum áudio dele: “Procurador não propôs impedimento de Dias Toffoli para não atrasar julgamento”, do dia 2 de agosto de 2012.

Os outros ministros tinham destaque apenas ao exporem seus votos. Em poucos momentos houve modificações quanto a isso. Em algumas raras exceções, como a discussão entre Joaquim Barbosa e Rosa Weber.

Um ministro com pouco destaque, mas com um papel relevante é Marco Aurélio Mello (2,54%), que em alguns momentos foi o contestador das ideias expostas por Joaquim Barbosa, chegando a entrar em atrito com ele. Além de ter sido o único ministro além de Lewandowski, Ayres Britto e Peluso a ser entrevistado. E um ponto interessante de uma de suas entrevistas, é quando ele ressalta a rapidez que o voto deve ter dos ministros que não sejam o relator e o revisor.

Considerações finais

Dentro das categorias, é possível perceber o destaque dentro de um dado a explicações quanto ao desenvolvimento do julgamento e o tempo extenso gasto em explicar cada etapa. O maior exemplo é a fala dos âncoras: 78,7% são a respeito destes grupos, enquanto os outros não passam de 5%. Nas externas em Brasília o quadro não muda muito, com 64,6% dedicado a detalhes do julgamento. Deste modo, é dado o espaço para cobrir o julgamento mais extensivamente e não só o caso do “mensalão” em específico, que já havia sido coberto anteriormente. A fala selecionada dos ministros do STF é de grande interesse porque é o único grupo em que as questões a respeito do esquema do “mensalão” em si ficaram em primeiro lugar (53,9%), enquanto os elementos do julgamento ficaram em segundo (34,2%). Este grupo também apresentou a maior porcentagem de temáticas envolvendo o “mensalão” entre todos os outros.

A partir disso, pode-se concluir que a fala dos âncoras, das externas e das mensagens em *off*, foram selecionadas de forma a apresentar o grupo de ministros que ali seria mostrado. O “mensalão” havia estourado em 2005 e o julgamento era em 2012, já haviam se passado sete anos, o esquema já era conhecido e tinha recebido a cobertura necessária, não sendo preciso a construção da imagem de cada um de seus envolvidos. Após a apresentação de cada detalhe do julgamento e da descrição do dia a dia de uma sessão no STF, o JN estava pronto para introduzir a notícia a respeito do Supremo. Aos ministros, ficaria a cargo de já adentrar ao processo, mostrando seus votos e suas linhas de raciocínio.

Porém, tão determinante quanto à seleção de falas, estava o tempo dedicado a cada ministro. Ele não foi igual para todos. A construção da imagem foi desigual, pois a maioria dos ministros não chegou a 3% do tempo dedicado ao “mensalão”. As ministras Cármen Lúcia e Rosa Weber e os ministros Marco Aurélio Mello, Celso de Mello, Dias Toffoli, Luiz Fux, Gilmar Mendes e Cezar Peluso, foram sub-representados nesta cobertura, com um ou outro se destacando em pequenos momentos. O presidente do Supremo na época, Ayres Britto, alcançou apenas 3,67%. Estes ministros recebiam atenção apenas durante seus votos e que na maioria das vezes eles eram vistos como reflexos dos votos do revisor e do relator, principalmente. Como visto nesta transcrição:

Vídeo: Luiz Fux fala no STF sentado em seu lugar.

Narração em off: A ministra votou pela condenação de João Paulo Cunha por peculato e corrupção passiva. E de Marcos Valério e sócios por corrupção ativa e peculato. Rosa Weber deixou para votar nas acusações de lavagem de dinheiro em outro momento. O segundo a votar foi o ministro Luiz Fux e concordou com Joaquim Barbosa. Ele disse que examinou laudos e depoimentos. Considerou que são válidas as provas colhidas na CPI do Congresso, que investigou o escândalo. E destacou que João Paulo Cunha mudou várias vezes a explicação para o recebimento dos 50 mil reais.

160

O tempo dedicado a Joaquim Barbosa foi o maior (15,4%), devendo-se um pouco ao fato de ter sido citado mais vezes e praticamente todos os votos, incluindo o de Ricardo Lewandowski, serem comparados aos dele. Os dois ministros, além das notícias em que eram citadas suas discussões, divergiram em alguns pontos, o que foi bem coberto pelo JN também. Ambos foram colocados em posições opostas, o que gerou a imagem para Barbosa do defensor da República, o que condenada os réus, enquanto Lewandowski ficou com a imagem do contestador de Barbosa, o que ia contra a lei e atacava a opinião do relator absolvendo os réus.

Portanto, as falas de todos os componentes do Jornal Nacional, somadas as escolhas das falas dos ministros do STF e o tempo dedicado a cada um, geraram atributos positivos ao ministro Joaquim Barbosa, ressaltando cada condenação que era feita por ele e dos ministros que votaram da mesma forma. Quanto a Ricardo Lewandowski, seus atributos foram em sua maioria negativos e os ministros que votavam iguais a ele carregavam tais atributos. A imagem arranhada dos réus do “mensalão”, principalmente devido à cobertura anterior ao julgamento, levou a enquadramentos negativos de quem os absolvía. Essa mobilidade de determinados

ministros se deu ao pouco tempo em tela, impossibilitando a construção de uma imagem sólida. Assim, apesar de ambos os ministros absolverem e condenarem réus, a cobertura precisava dar dramaticidade ao julgamento e para isso foram escolhidos dois ministros que fariam pares de opostos.

O presente trabalho concluiu que as construções de imagem foram desiguais, com ministros praticamente desconhecidos do público ainda devido ao pouco tempo dedicado a eles, e com uma construção de imagem positiva em cima de Joaquim Barbosa e negativa em cima de Ricardo Lewandowski. Entretanto, para pesquisas posteriores que visem um melhor entendimento do tema pode ser feita uma comparação mais profunda a respeito da construção pelo JN em cima de um indivíduo representante do “bem” e outro representando o “mal”, como aconteceu com os ministros relator e revisor. Ao analisar tais construções duais de imagem, abre-se caminho para outros estudos a respeito da construção de imagem feita pelo JN durante coberturas políticas.

Referências

AZEVEDO, Fernando Antônio. Agendamento da Política. In. **Comunicação & Política: conceitos e abordagens**. UNESP, 2004.

_____. Mídia e Democracia no Brasil: relações e entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, Campinas, vol.12, nº1, Abril/Maio, 2006, p. 88-113.

CHAIA, Vera. Escândalos políticos e mídia: casos na vida política brasileira. In: **Reunião Anual da COMPÓS**, 2001, Brasília.

_____; TEIXEIRA, Marco Antônio. Democracia e Escândalos Políticos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol. 15, nº4, Out/Dez, 2001, 62-75.

FERNANDES, Kamila Bossato. A Narrativa do Mensalão no Jornal Nacional. In: **Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em comunicação política**, 5., 2013, Curitiba.

MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**. Campinas, vol. 13, nº1, Junho, 2007.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis. Ed. Vozes. 2004.

NUNES, João Arriscado. Erving Goffman, a análise de quadros e a Sociologia da vida cotidiana. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, nº37, Junho, 1993, p. 33-49.

PALHA, Cássia Rita Louro. Televisão e Política: o mito Tancredo Neves entre a morte, o legado e a redenção. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 31, nº62, 2011, p. 217-234.

PORTO, Mauro, P. Enquadramentos da mídia e política In. ALBINO, Antonio, RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e Política: Conceitos e abordagens**. UNESP, 2004.

PORTO, Mauro P. **Televisão e política no Brasil: a Rede Globo e as interpretações da audiência**. Rio de Janeiro. E- papers. 2007.

ROTEMBERG, Danilo. Enquadramento e metodologia de crítica de mídia. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 5º **Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, Universidade Federal de Sergipe, novembro de 2007.

SILVA, Vevilla Junqueira. **O escândalo do mensalão em revistas semanais: uma análise de enquadramento**. Bauru, 2008.

THOMPSON, J. B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis, Vozes, 2002.